



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 4º PERÍODO - DATA: 25/09/2017

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Disciplina: Ética Geral e Profissional
Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

Questão 01

A deontologia forense tem como base um princípio fundamental que guiará o operador do direito,

- a) Agir segundo ciência e consciência
- b) Conduta ilibada e ciência
- c) Agir segundo ciência e liberdade
- d) Agir segundo ciência e decoro forense

Questão 02

Sobre Ética assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ética profissional é um conjunto de normas de conduta, que não são absolutas e por isso nem sempre deveriam ser colocadas em prática no exercício da profissão, até porque sua aplicação depende da escolha do profissional.
- b) A ética profissional serve para regulamentar o relacionamento do profissional com seus clientes, caracterizando para a melhoria da dignidade das pessoas e a construção do bem-estar.
- c) O Estatuto Ético de uma profissão nem sempre é a responsabilidade que dela decorre. A ética profissional codificada vem a preencher uma necessidade de se transformar em algo claro e prescritivo, para efeitos de controle corporativo, institucional e social, o que navega nas incertezas da ética filosófica. A ética aconselha o profissional como agir com os colegas, com a sociedade, com os clientes, mas não para consigo mesmo, vez que o profissional principalmente da área jurídica pode agir de acordo com sua vontade, vez que o único prejudicado por suas condutas antiéticas na vida privada será ele mesmo.
- d) A ética nem sempre é fundamental à vida humana, uma vez que não há normas específicas para tratar do assunto. O fazer profissional diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, somando as atitudes que deve responder no exercício de sua profissão.

Questão 03

Sobre a deontologia forense, temos que a ciência, que representa todo o conhecimento adquirido através do estudo ou da prática, baseando em princípios certos. Esta palavra deriva do latim *scientia*, cujo significado é "conhecimento" ou "saber". Em geral, a ciência comporta vários conjuntos de saberes, nos quais são elaboradas as suas teorias baseadas nos seus próprios métodos científicos. Assim a ciência esta a significar o conhecimento técnico adequado, exigível a todo profissional. E além desta formação adequada, o profissional deverá manter um processo próprio de educação continuada. O trecho acima diz respeito a agir com ciência, mas o profissional também deve se pautar pela consciência, sobre o princípio da ciência e consciência assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O referido princípio é relativo, vez que não existem limites para a própria consciência.
- b) Além da ciência, o profissional deverá atuar com consciência. Existe uma função social a ser desenvolvida em sua profissão jurídica.
- c) Com a aplicação desse princípio se resolvem todos os problemas morais. Vez que não há limites postos ao princípio da consciência.
- d) Com a aplicação desse princípio não se resolvem todos os problemas morais, mesmo não havendo limites postos ao princípio da consciência.

Questão 04

O Art. 1º. CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB, ASSIM DISCIPLINA:

“O exercício da advocacia exige conduta compatível com os preceitos deste Código, do Estatuto, do Regulamento Geral, dos Provimentos e com os demais princípios da moral individual, social e profissional.”

É certo que a moral impregna qualquer das carreiras jurídicas, ou ao menos deveria impregnar. Espera-se do profissional jurídico um comportamento sem mácula, aquele sobre o qual nada se possa moralmente levantar. O advogado deve observar o seu Código de Ética, de onde se extrai a necessidade de uma conduta límpida. Em relação ao juiz, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional reclama conduta irrepreensível na vida pública e na vida particular. Embora tal princípio seja diariamente ferido, e em outras profissões que não tenham relação com as profissões jurídicas, os profissionais sejam livres na vida privada, os profissionais da área jurídica, segundo o princípio em comento tem que zelar pelo respeito a moral em sua vida privada.

O texto acima diz respeito ao princípio deontológico,

- a) Agir segundo ciência e consciência
- b) Do coleguismo
- c) Da conduta ilibada
- d) Da incompatibilidade

Questão 05

A conduta do advogado que pleiteia remuneração excessiva, faz panfletagem do seu escritório de advocacia, que contrata um “agenciador de causas” para a captação de clientela, fere o princípio ético

- a) Do coleguismo
- b) Da dignidade e do decoro profissional
- c) Da incompatibilidade
- d) Da diligencia

Questão 06

Sobre o princípio do Coleguismo assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Falta de coleguismo é disputar cargos ou clientes, concorrer de maneira pouco leal, estimular ou calar-se diante da maledicência, comentar erro do colega.
- b) A solidariedade se manifesta em geral fora do processo e se fundamenta sobre a consideração da dignidade humana do colega. O coleguismo guarda vinculação extrema com o exercício profissional. Assim é correto dizer que o coleguismo se confunde com a solidariedade.
- c) O coleguismo é um sentimento derivado da consciência de não pertença ao mesmo grupo, a inspirar certa heterogeneidade comportamental, encarada como verdadeiro dever.
- d) O coleguismo se traduz no tratamento solidário dos profissionais mais jovens quanto aos mais experientes que estão doentes.

Disciplina: Redação Jurídica Profª: Renata Ap. de Freitas Araújo e Andrade

Questão 07

Leia com atenção o parágrafo seguinte:

Muitos anos mais tarde, Ana Terra costumava sentar-se na frente de sua casa para pensar no passado. E no seu pensamento como que ouvia o vento de outros tempos e sentia o tempo passar, escutava vozes, via caras e lembrava-se de coisas... O ano de 81 trouxera um acontecimento triste para o velho Maneco: Horácio deixara a fazenda, a contragosto do pai, e fora para o Rio Pardo, onde se casara com a filha dum tanoeiro e se estabelecera com uma pequena venda.

(Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*)

Assinale a alternativa que apresenta a classificação desse parágrafo:

- a) Parágrafo dissertativo
- b) Parágrafo descritivo subjetivo
- c) Parágrafo narrativo
- d) Parágrafo descritivo objetivo

Questão 08

Analise o parágrafo a seguir:

Diante de diversos problemas ambientais gerados pela sociedade contemporânea, surgiram em várias partes do mundo debates sobre o uso racional da água: um caminho possível. Aparentemente infinita, a água doce do mundo existe em quantidade menor do que, em geral, as pessoas pensam. Ao se falar em água, imediatamente as pessoas se lembram de que 70% da superfície terrestre é composta de água, assim como nosso corpo. Entretanto, não se lembram de que boa parte desta água é imprópria para o consumo humano [...].

Assinale a alternativa **incorreta** em relação a esse parágrafo:

- a) O autor adota a postura de argumentador.
- b) As ideias apresentadas não revelam objetividade, embora estejam escritas de acordo com a norma culta da língua.
- c) Trata-se de um parágrafo dissertativo.
- d) O trecho apresenta um dado estatístico.

Questão 09

Dada as palavras:

- 1) Mendigo
- 2) Exceção
- 3) Cidadões
- 4) Quatorze
- 5) Beneficente

Concluimos que:

- a) Todas estão escritas corretamente
- b) Nenhuma está escrita corretamente
- c) Apenas uma está escrita corretamente
- d) Apenas uma está escrita incorretamente

Questão 10

Leia:

Educação é algo bem mais amplo do que escola. Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo (com criança também se conversa!), noções de postura e compostura, respeito, limites. Continua na vida pública, nem sempre um espetáculo muito edificante, na qual vemos políticos concedendo-se um bom aumento em cima dos seus já polpudos ganhos, enquanto professores recebem salários escrachadamente humilhantes, e artistas fazendo propaganda de bebida num momento em que médicos, pais e responsáveis lutam com a dependência química de milhares de jovens. (Lia Luft)

Esse parágrafo pode ser classificado como dissertativo.

Assinale a alternativa que melhor justifica essa afirmação:

- a) descreve com minúcias uma situação.
- b) desenvolve uma situação no tempo e no espaço, mostrando seus desdobramentos.
- c) aborda um tema numa linguagem impregnada de emoção.
- d) apresenta uma ideia central acerca de um tema de grande relevância social.

Disciplina: Direito Constitucional I Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 11

No que se refere ao Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar:

- a) O Poder Constituinte genuíno estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes que o regerão.
- b) Existe Poder Constituinte na elaboração de qualquer Constituição, seja ela a primeira Constituição de um país, seja na elaboração de qualquer Constituição posterior.
- c) Quando os Estados-Federados, em razão de sua autonomia político-administrativa e respeitando as regras estabelecidas na Constituição Federal, auto-organizam-se por meio de suas constituições estaduais estão exercitando o chamado Poder Constituinte derivado decorrente.
- d) O Poder Constituinte derivado decorre de uma regra jurídica constitucional, é ilimitado, subordinado e condicionado.

Questão 12

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens abaixo como corretos ou errados.

- I. Em se tratando dos dispositivos que versam sobre os direitos e os deveres individuais e coletivos, somente esses, por possuírem todos os elementos necessários à sua executoriedade direta e integral, podem ser considerados normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- II. As normas que dependem de outra norma da mesma estatura jurídica para que possam produzir efeito são consideradas normas de eficácia plena.
- III. As normas que definem objetivos cuja concretização depende de providências situadas fora ou além do texto constitucional, traçando metas a serem alcançadas pela atuação futura dos poderes públicos, são denominadas de normas constitucionais programáticas.
- IV. É uma norma programática o dispositivo constitucional que afirma ser a finalidade da ordem econômica assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Assinale a opção em que os item(ns) está(ão) INCORRETO(S).

- a) III e IV
- b) I e II
- c) II
- d) I

Questão 13

Sobre a classificação das constituições, relacione a coluna da esquerda com a da direita.

I) Em sentido político

A) A constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais de poder que regem esse país, sendo esta a constituição real e efetiva, não passando a constituição escrita de uma “folha de papel”.

II) Em sentido jurídico

B) A constituição é considerada norma

pura, puro dever-ser, é o conjunto de normas que regula a criação de outras normas.

III) Em sentido sociológico

C) A constituição é considerada como decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política.

- a) I-C, II-B, III-A.
- b) I-A, II-C, III-B.
- c) I-B, II-A, III-C.
- d) I-C, II-A, III-B.

Questão 14

Considerando as diversas classificações doutrinárias das constituições, é correto afirmar que a Constituição Federal Brasileira, de 1988, pode ser classificada como uma constituição:

- a) principiológica, analítica, rígida e dogmática eclética.
- b) democrática, dogmática ortodoxa, rígida e sintética.
- c) principiológica, dirigente, semirrígida e outorgada.
- d) cesarista, histórica, rígida e dirigente.

Questão 15

Chega de ação. Queremos promessas. Assim protestava o grafite, ainda em tinta fresca, inscrito no muro de uma cidade, no coração do mundo ocidental. A espirituosa inversão da lógica natural dá conta de uma das marcas dessa geração: a velocidade da transformação, a profusão de ideias, a multiplicação das novidades. Vivemos a perplexidade e a angústia da aceleração da vida. Os tempos não andam propícios para doutrinas, mas para mensagens de consumo rápido. Para jingles, e não para sinfonias. O direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era.

Na aflição dessa hora, imerso nos acontecimentos, não pode o intérprete beneficiar-se do distanciamento crítico em relação ao fenômeno que lhe cabe analisar. Ao contrário, precisa operar em meio à fumaça e à espuma. Talvez esta seja uma boa explicação para o recurso recorrente aos prefixos pós e neo: pós-modernidade, pós-positivismo, neoliberalismo, neoconstitucionalismo. Sabe-se que veio depois e que tem a pretensão de ser novo. Mas ainda não se sabe bem o que é. Tudo é ainda incerto. Pode ser avanço. Pode ser uma volta ao passado. Pode ser apenas um movimento circular, uma dessas guinadas de 360 graus.

L. R. Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In: Internet: (com adaptações).

Tendo o texto acima como motivação, assinale a opção correta a respeito do constitucionalismo e do neoconstitucionalismo.

- a) O neoconstitucionalismo tem como marco filosófico o pós-positivismo, com a centralidade dos direitos fundamentais, no entanto, não permite uma aproximação entre direito e ética.
- b) A democracia, como vontade da maioria, é essencial na moderna teoria constitucional, de forma que as decisões judiciais devem ter o respaldo da maioria da população, sem o qual não possuem legitimidade.
- c) O constitucionalismo pode ser definido como uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Nesse sentido, o constitucionalismo moderno representa uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.

d) No neoconstitucionalismo, a Constituição é vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos poderes públicos, ressaltando que a concretização de suas propostas fica condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador.

Questão 16

O art. 102, caput, da CF dispõe que compete ao STF, precipuamente, a guarda da Constituição, o que implica dizer que essa jurisdição lhe é atribuída para impedir que se desrespeite a Constituição como um todo, e não para, com relação a ela, exercer o papel de fiscal do poder constituinte originário, a fim de verificar se este teria, ou não, violado os princípios de direito suprapositivo que ele próprio havia incluído no texto da mesma CF. Por outro lado, as cláusulas pétreas não podem ser invocadas para sustentação da tese da inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face de normas constitucionais superiores, porquanto a CF as prevê apenas como limites ao poder constituinte derivado ao rever ou ao emendar a CF, elaborada pelo poder constituinte originário, e não como abrangendo normas cuja observância se impôs ao próprio poder constituinte originário com relação a outras que não sejam consideradas cláusulas pétreas, e, portanto, possam ser emendadas. Ação não conhecida por impossibilidade jurídica do pedido.

ADI 815, relator min. Moreira Alves, DJ, 10/5/1996 (com adaptações).

Considerando esse julgado do STF, é correto afirmar que o princípio constitucional que melhor retrata o entendimento exposto é o da:

- a) conformidade funcional.
- b) unidade da Constituição.
- c) força normativa da Constituição.
- d) máxima efetividade.

Disciplina: Direito Internacional Público e Privado Professor: Hugo Martins
--

Questão 17

São elementos do Direito Internacional Público:

- a) Permanência, Objetivo Comum, Comunicação;
- b) Organização, Comunicação, Mercado;
- c) Permanência, Organização, Objetivo Comum;
- d) Comunicação, Mercado, Paradigma e Sociedade.

Questão 18

Compõem a sociedade internacional:

- a) Apenas Estados;
- b) Estados e Organizações Internacionais;
- c) Apenas Organizações Internacionais;
- d) Estados, Organizações Internacionais e seres humanos.

Questão 19

Para justificar o fundamento da obrigatoriedade das normas de Direito Internacional Público foram elaboradas diversas teorias. Assinale a alternativa correta.

- a) Para a Escola Objetivista, o fundamento estaria no consentimento dado pelos Estados, ou seja, estes somente se submetem às normas de Direito Internacional Público porque consentiram com essa submissão;
- b) Quanto a Escola Objetivista, o fundamento estaria na existência de valores superiores na sociedade internacional, os quais se impõem independentemente da vontade dos Estados soberanos e sujeitos internacionais;

- c) Pela Teoria sociológica, a validade do Direito Internacional deriva da norma jurídica, e não de manifestação da vontade;
- d) Para a Teoria da autolimitação da vontade, o Estado não consente em se limitar em razão das normas internacionais.

Questão 20

“O Supremo Tribunal Federal iniciou, na última quinta-feira (27/8), o julgamento da Medida Cautelar na ADPF 347, de relatoria do ministro Marco Aurélio. O requerente, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pede que seja o sistema penitenciário brasileiro declarado um Estado de Coisas Inconstitucional, categoria formulada pela Corte Constitucional colombiana. Pretende que o tribunal, ao reconhecer o aludido Estado de Coisas, interfira na criação e implementação de políticas públicas, em alocações orçamentárias e na interpretação e aplicação da ordem processual penal, visando reduzir os problemas da superlotação dos presídios e das condições degradantes do encarceramento.

(...) A maior novidade do pedido formulado na ADPF 347 é a declaração do Estado de Coisas Inconstitucional. Mas o que vem a ser isso? Quais são os pressupostos de configuração? Quais os efeitos do reconhecimento para atuação de cortes constitucionais ou supremas? O instrumento oferece alguma vantagem em comparação aos remédios tradicionais? As respostas foram construídas pela Corte Constitucional colombiana que, desde a Sentencia de Unificación (SU) 559, de 1997, quando declarou, pela primeira vez, esse Estado de Coisas, passou a desenvolver e aperfeiçoar a categoria em uma série de decisões similares” (CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>).

Toda a construção teórica acima, em que o STF se valeu de uma decisão da Corte Constitucional da Colômbia para decidir um caso concreto, refere-se ao conceito de:

- a) Internacionalização da Constituição Federal;
- b) Constitucionalização do Direito Internacional;
- c) Mutação constitucional;
- d) Transconstitucionalismo.

Questão 21

No tocante a relação entre Direito Interno e Direito Internacional, marque a alternativa correta:

- a) Para a Teoria Monista, ordem jurídica internacional e ordem jurídica interna são separadas, independentes e autônomas. Para essa teoria, se um Estado assume uma obrigação no âmbito internacional, ele não está vinculado à sua observância no seu direito interno;
- b) A Teoria Dualista assume que Direito Internacional e Direito interno formam uma só ordem jurídica. Assim, editada uma norma no âmbito internacional, ela entrará em vigência simultaneamente nas ordens jurídicas interna e externa;
- c) De acordo com a Convenção de Viena, os Estados não podem editar normas internas que contrariem o disposto na ordem jurídica internacional;
- d) O direito interno prevalece sobre o Direito Internacional, nos termos da Teoria Internacionalista.

Questão 22

Acerca das dimensões de Direitos Humanos, assinale a correta.

- a) Os direitos humanos da terceira dimensão marcam a passagem de um Estado autoritário para um Estado de Direito e, nesse contexto, o respeito às liberdades individuais, em uma perspectiva de absentismo estatal, fruto do pensamento liberal-burguês do século XVIII.
- b) Os direitos de quarta dimensão, ou direitos de liberdade, têm como titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico, sendo, assim, direitos de resistência ou oposição ao Estado.
- c) Os direitos da quinta dimensão são direitos transindividuais que transcendem os interesses do indivíduo e passam a se preocupar com o gênero humano, com altíssimo teor de humanismo e universalidade, inserindo-se o ser humano em uma coletividade que passa a ter direitos de solidariedade ou de fraternidade.

d) A evidenciação de direitos sociais, culturais e econômicos, correspondendo aos direitos de igualdade, sob o prisma substancial, real e material, e não meramente formal, mostra-se marcante nos documentos pertencentes ao que se convencionou classificar como segunda dimensão dos direitos humanos.

Disciplina: Direito Civil – Das Obrigações II

Professora: Érica Cristina Molina

Questão 23

A transmissibilidade de obrigações pode ser realizada por meio do ato denominado cessão, por meio da qual o credor transfere seus direitos na relação obrigacional a outrem, fazendo surgir as figuras jurídicas do cedente e do cessionário. Constituída essa nova relação obrigacional, é correto afirmar que:

- (a) Os acessórios da obrigação principal são abrangidos na cessão de crédito, salvo disposição em contrário.
- (b) O cedente responde pela solvência do devedor, não se admitindo disposição em contrário.
- (c) A transmissão de um crédito que não tenha sido celebrada única e exclusivamente por instrumento público é ineficaz em relação a terceiros.
- (d) O devedor não pode opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente no momento em que veio a ter conhecimento da cessão.

Questão 24

Em relação ao pagamento, aponte a alternativa correta:

- (a) O interessado somente pode pagar a dívida se o credor assentir.
- (b) O terceiro não interessado em hipótese alguma poderá fazer o pagamento.
- (c) A eficácia do pagamento independe da transmissão da propriedade.
- (d) Aquele que possui o recibo devidamente assinado pelo credor presume-se autorizado a receber o pagamento, ficando liberado o devedor.

Questão 25

Bruno cedeu a Fábio um crédito representado em título, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que possuía com Caio. Considerando a hipótese acima e as regras sobre cessão de crédito, assinale a afirmativa correta.

- (a) Caio não poderá opor a Fábio a exceção de dívida prescrita que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra Bruno, em virtude da preclusão.
- (b) Caso Fábio tenha cedido o crédito recebido de Bruno a Mário e este, posteriormente, ceda o crédito a Júlio, prevalecerá a cessão de crédito que se completar com a tradição do título cedido.
- (c) Bruno, ao ceder a Fábio crédito a título oneroso, não ficará responsável pela existência do crédito ao tempo em que cedeu, salvo por expressa garantia.
- (d) Conforme regra geral disposta no Código Civil, Bruno será obrigado a pagar a Fábio o valor correspondente ao crédito, caso Caio torne-se insolvente.

Questão 26

Na transmissão das obrigações aplicam-se as seguintes regras:

- I. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.
- II. Na assunção de dívida, o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- III. Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- IV. O cessionário de crédito hipotecário só poderá averbar a cessão no registro de imóveis com o consentimento do cedente e do proprietário do imóvel.

V. Na assunção de dívida, se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiro, exceto se este conhecia o vício que inquinava a obrigação.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III, IV e V.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e V.

Questão 27

Humberto devia a Teobaldo a importância de dez mil reais. Entretanto, realizou o pagamento desta dívida a Petronílio. Nesta hipótese, o pagamento:

- a) Poderá ter eficácia liberatória caso Teobaldo ratifique o pagamento ou que o devedor comprove que o pagamento foi feito de boa-fé em favor de credor putativo, ou, ainda, que o devedor prove que o valor reverteu em favor do verdadeiro credor.
- b) Somente será válido com a aceitação de Teobaldo, uma vez que a legitimidade é elemento de validade do negócio jurídico, e, neste caso, o pagamento não foi feito ao credor originário (*accipiens*).
- c) É válido e eficaz, sendo absolutamente irrelevante o fato de ter sido feito a pessoa diversa do credor, pois a cobrança em duplicidade de um débito já pago não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) Não tem validade, uma vez que o pagamento feito a terceiro estranho à relação obrigacional não admite ratificação.

Questão 28

Sobre a assunção de dívida, assinale a alternativa correta.

- (a) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor sem o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Por isso, qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa.
- b) O Código Civil exclui a possibilidade da assunção cumulativa da dívida quando dois ou mais devedores se tornam responsáveis pelo débito com a concordância do credor.
- c) Consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais originárias dadas pelo devedor ao credor, mesmo que haja concordância expressa em sentido contrário, dada pelo devedor originário.
- d) Salvo assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor. A expressão “garantias especiais” refere-se a todas as garantias, quaisquer delas, que tenham sido prestadas voluntária e originariamente pelo devedor primitivo ou por terceiro, vale dizer, aquelas que dependeram da vontade do garantidor, devedor ou terceiro para que se constituíssem.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial II

Professora: Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 29

“A” entra em um determinado prédio e vai até ao 6º andar, onde encontra a porta de um apartamento aberta. Percebendo que não havia ninguém no local, entra, subtrai um Notebook, um televisor e um aparelho celular e sai como se nada estivesse acontecendo de anormal. Ocorre que, ao passar pelo portão de saída, o porteiro percebe a ação criminosa e tenta evitar o crime, correndo atrás do agente. Este, por sua vez, saca-se de uma arma de fogo e ameaça o porteiro dizendo: “não vem senão te mato”. Mesmo assim, o porteiro prossegue no intento de impedir o crime, momento em que o agente desfere um soco na face do porteiro e este cai ao solo desmaiado e o ladrão foge. Sabemos que o artigo 157 do Código Penal tipifica o crime de roubo, ou seja, a subtração de coisa alheia móvel mediante violência ou grave ameaça. Com base no caso hipotético acima, marque a alternativa correta.

- a) Trata-se de crime de roubo próprio com violência própria.
- b) Trata-se de crime de roubo impróprio com violência própria.
- c) Trata-se de crime de furto qualificado com violência, haja vista que a violência ocorreu depois da subtração, afastando assim o crime de roubo.
- d) Trata-se de crime de roubo simples em concurso material com violência (lesão corporal), haja vista que quando ocorreu a violência o crime de furto já havia sido consumado.

Questão 30

Magrillo, sujeito conhecido no meio policial pelas constantes práticas de crimes contra o patrimônio, em certo dia, ao presenciar uma senhora com diversas joias, não pensou duas vezes, sacou-se de uma arma de fogo e, ameaçando a vítima, arrancou todas as suas joias (colares, brincos, pulseiras e anel) e ainda tomou-lhe a bolsa. Uma das testemunhas que presenciavam os fatos acionou a polícia. Ao ver a viatura, o malandro saiu correndo e atirou fora a arma. Os policiais lograram em localizar o agente e prendê-lo. Apesar de não terem visto a arma de fogo, os policiais foram informados que o meliante a usou na prática do crime. Diante o fato, marque a alternativa correta:

- a) Magrillo praticou crime de roubo simples, independente do emprego de arma.
- b) Magrillo praticou crime de roubo com majoração da pena em face do emprego de arma.
- c) Magrillo praticou crime de roubo simples haja vista que a arma não foi encontrada e para configurar a majoração da pena a arma deve ser periciada.
- d) Magrillo praticou crime de roubo qualificado pelo emprego de arma.

Questão 31

Conforme o Artigo 157 do Código Penal, abaixo descrito, analise as assertivas e em seguida marque a única alternativa correta:

“Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.”

I. O agente que, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro, pratica o crime de roubo na modalidade qualificada.

II. Xiquinho, com o rosto encoberto para não ser reconhecido, pratica um roubo no interior de uma residência. Ao sair, percebe que a vítima trata-se de uma pessoa que ele odeia, motivo pelo qual a tranca no banheiro da casa antes de deixar o local. A vítima somente é descoberta no banheiro horas depois do fato. Nesse caso hipotético, Xiquinho praticou o crime de roubo qualificado pelo artigo 157, § 2º, inciso V.

III. Amadeu, aproveitando do descuido do proprietário, subtrai um veículo automotor que estava parado em um posto na rodovia sentido Iturama/Uberlândia. Depois do roubo, conduz o veículo até a uma fazenda distante do local do crime. Ao verificar no interior do carro percebe que havia uma pasta

contendo alto valor em dinheiro e um documento que comprovava que o proprietário trabalhava como transportador de valores. Tudo indicava que Amadeu teria praticado um furto simples, porém, diante a pasta com valores, restou comprovado tratar-se de um Roubo qualificado, com fundamento no artigo 157, § 2º, inciso III.

IV. O agente que, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro, pratica o que a doutrina chama de *roubo impróprio*, desde que a violência seja própria.

- a) Apenas uma assertiva está correta.
- b) Apenas duas assertivas estão corretas.
- c) Apenas três assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas acima estão corretas.

Questão 32

A Constituição Federal preceitua que todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade. Por isso, o Código Penal tutela o direito de propriedade, tipificando, nos artigos de 155 a 183, os crimes contra o patrimônio.

A respeito desses crimes, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Há crime de latrocínio quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima.
- b) Responde por roubo consumado o agente que, após o emprego de violência e a subtração da coisa, a perde durante a fuga.
- c) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- d) O crime de roubo, pelo fato de haver morte, é julgado pelo tribunal do júri.

Toda a educação, no momento, não parece motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz naqueles que assim foram exercitados um fruto de paz e de justiça.